

A violência não dá pausa

Se, futuramente, alguém for pesquisar os registros dos principais veículos midiáticos brasileiros e tomar o mês de janeiro de 2002 como referência, poderá supor que a mídia brasileira esteve empenhada em investigar os fatos violentos, as causas, as instituições responsáveis pelo cumprimento da ordem institucional, etc.

A agenda midiática do primeiro mês do ano 2002 colocou a violência como tema central. Depois da crise Argentina, foi o Brasil que foi descoberto no maior dos vermelhos. O sangue esteve estampado em todas as manchetes de capa. Seqüestradores retomam a fórmula clássica de atuação: voltam a seqüestrar figuras detentoras de poder.

Já não se ouvem mais as histórias, já corriqueiras, dos seqüestros - relâmpago, modalidade de crime que ameaça especialmente a classe média, signatária dos cartões de crédito, documento absolutamente indispensável ao êxito desse tipo de ação criminosa. O ano de 2002 é aberto com as atenções voltadas para uma “onda” de seqüestros, concentrada no estado de São Paulo. Em boa parte desses casos, as vítimas foram assassinadas.

UMA NAÇÃO EM PÂNICO. Esta é a manchete de capa da revista Isto É de 30 de janeiro de 2002. Na ilustração da capa há um lençol branco, manchado de sangue, a cobrir um corpo estendido sobre o chão. Deste corpo só se vêem as mãos, pequena parte das pernas e os pés, ou melhor, os sapatos. E são estes, os sapatos, que dão pistas sobre a posição que

ocupava a vítima na estrutura social. Tem-se a impressão de couro, tem-se a impressão de caro.

No interior da revista, na página 24, é noticiada a morte de Celso Daniel, prefeito de Santo André, do Partido dos Trabalhadores. Não, Celso Daniel não representa o perfil da vítima ordinária, da vítima pé-de-chinelo. Além disso, ao lado de sua morte há outros casos de vítimas similares, todas filiadas ao PT. Assim, a plausibilidade da hipótese de uma onda de crimes por motivações políticas é admitida.

A mídia, não apenas a revista Isto É, refere-se a um clamor nacional. E mais uma vez, acontecimentos violentos são capazes de alterar a abordagem habitual da violência na mídia. É oportuno refletir sobre a frequência com que esses eventos de “grande porte” têm ocorrido: o seqüestro da filha de Sílvio Santos ainda não tinha saído dos espaços midiáticos, quando foi, abruptamente, substituído pelo inusitado seqüestro do próprio apresentador; mas também esse episódio, de incrível potencialidade midiática, teve que ser secundado diante dos atentados ocorridos nos Estados Unidos. O assassinato do prefeito de Campinas não foi alvo de grande atenção, diante da concorrência de “fatos importantes”. Logo em seguida, depois de um curto hiato ocasionado pela atenção voltada para a crise argentina, a cidade de Campinas, uma das cidades mais importantes do estado de São Paulo, converte-se em cenário de seqüestros. Enquanto isso, em São Paulo, o publicitário Washington Olivetto era vítima de seqüestradores.

Em alguns estados são descobertas fraudes nos postos de combustíveis. Em Belo Horizonte foi assassinado um promotor de justiça que investigava a máfia dos combustíveis.

Um outro golpe, de tipo sensacional, fez alterar a receita das pautas dos jornais. Um helicóptero desceu em pleno pátio de uma penitenciária de São Paulo e resgatou dois presos de “grosso calibre” que cumpriam pena naquela detenção. Hoje, 06 de fevereiro, a Folha de São Paulo noticia, na primeira página, que um “Helicóptero da PM é baleado por um policial”. No corpo da matéria é dada uma explicação: O secretário da Administração Penitenciária disse que policiais de presídios estaduais estão orientados a disparar tiros de advertência em caso de aproximação de aeronaves.

Aos poucos, a violência extraordinária começa a adquirir feições de regularidade. Assim, a construção midiática da violência que privilegia o tom denunciatório e investigativo passa a ser aplicada sistematicamente. As vozes mais autorizadas da mídia passam a adotar a temática de maneira insistente. Desse modo, aquela interpretação dada aos “fatos graves”, especialmente por parte dos poderes constituídos, que, em geral, sugere uma fuga circunstancial do controle, começa a encontrar seu limite: fugir ao controle parece ser uma regra.

Para que se possa continuar a justificativa de perda circunstancial do controle, é necessário que haja um tempo relativamente longo entre um evento e outro, entre um “fato grave” e outro. É necessário que haja uma pausa, pois é ela que permite a impressão de acontecimento isolado. É preciso que haja um tempo de “normalidade midiática” que permita a dissociação dos eventos. Como isto não está ocorrendo, é a própria mídia que tem recordado as promessas governamentais feitas no calor do episódio do seqüestro do ônibus no Rio de Janeiro que culminou com a morte da jovem professora Geisa e do seqüestrador.

Independente de se confirmar a hipótese de que a violência contra políticos do PT tem motivações políticas, ultimamente, a violência nos grandes centros do Brasil tem adquirido sentido político, justamente porque tem atingido várias expressões de poderes legitimados.

O passo mais importante a ser dado é o reconhecimento do problema político que encerra aquela violência ordinária, que quase nunca se revela como “fato grave”, a não ser de modo quase ornamental sob forma de estatística. Essa forma de violência produz ocorrências diárias e alimenta as pautas de uma mídia que toma tais acontecimentos como matéria-prima para a produção da espetacularização da violência. A abordagem desses fatos pelos meios de comunicação de massa, de modo implícito, necessita da produção regular dos referidos fatos, de modo a garantir uma oferta cotidiana.